

Discurso jornalístico: análise comparativa de abordagem à violência de gênero¹

Gabriela de Oliveira Moreira²
Jazilane Pessoa Oliveira Araújo³
Sonia Regina Soares da Cunha⁴
Francisco Carlos Guerra de Mendonça Junior⁵
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Resumo

Este artigo analisa e reflete sobre a temática da violência de gênero a partir do discurso midiático simbólico apresentado em duas narrativas jornalísticas brasileiras, disponíveis na versão online: 1. *Folha de S. Paulo* e 2. *Gênero e Número*. A metodologia aplicada para o estudo comparativo é a “análise de discurso”. Após a análise foi possível refletir que as duas reportagens contribuem para a conscientização social, embora por caminhos distintos; pois enquanto o conteúdo da *Folha de S. Paulo* é mais informativo, o conteúdo da *Gênero e Número* incentiva o engajamento por parte do público.

Palavras-chave: comunicação; Análise do Discurso; violência de gênero.

1. Introdução

Tem-se observado nas últimas décadas, crescente movimento das chamadas minorias marginalizadas em busca de espaço e representatividade midiáticos no Brasil e no mundo. Essa demanda se dá especialmente de duas formas: ao reivindicar a presença e atuação de profissionais que representem a diversidade das populações; e também ao requerer a inserção de pautas caras a essas populações nos conteúdos midiáticos. Desta forma, os pertencentes aos grupos minoritários (por exemplo: pessoas das classes sociais mais baixas; pessoas racializadas - negros, amarelos, indígenas; pessoas da comunidade LGBTQIAPN+⁶; mulheres; pessoas com deficiência) buscam visibilidade diante do grande público, de forma respeitosa e não

¹ Trabalho apresentado no IJ06 – Comunicação e Interfaces, da Intercom Júnior – 19ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 3º semestre, do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (DACOM UNIR). E-mail: gmo_reira2@hotmail.com

³ Estudante de Graduação, 3º semestre, do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (DACOM UNIR). E-mail: jazilane.araujo@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho e Professora Doutora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: reginacunha.phd@gmail.com.

⁵ Coorientador do trabalho e Professor Doutor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: carlos.guerra@unir.br.

⁶ A sigla LGBTQIAPN+ significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e um sinal de "+" que representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla.

estereotipada. Nesse contexto, é salutar observar as maneiras como o conteúdo jornalístico brasileiro vêm reagindo aos anseios de grupos sociais marginalizados.

Debruçando-se sobre essa questão, este trabalho busca analisar, de forma comparativa, duas reportagens que abordam um problema social de grande impacto e que afeta diretamente as mulheres, um dos grupos sociais mencionados.

O corpus empírico é formado pelas reportagens disponíveis online:

1. *60% das mulheres que sofrem violência de gênero não denunciam à polícia*, assinada pela jornalista Maria Martha Bruno e publicada em *Gênero e Número*; em 21 de novembro de 2023. (Fig. 1).
2. *60% das mulheres não denunciam violência sofrida à polícia*, assinada pelo estudante de jornalismo Joseph Silva e publicada em *Folha de São Paulo*, em 22 de novembro de 2023. (Fig. 2).

Fig. 1 – Identificação da autora da reportagem no site GN



Fonte: GN, 2025.

Fig. 2 – Identificação do autor da reportagem no site FSP



Fonte: FSP, 2025.

As duas reportagens utilizam informações e dados inéditos do *Mapa Nacional da Violência de Gênero*, uma plataforma de autoria da *Gênero e Número*, em parceria com o

Instituto Avon e o Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV), do Senado Federal, cujo objetivo é reunir e apresentar para a sociedade os principais dados públicos e indicadores de violência contra as mulheres.

2. Metodologia

Este estudo trabalha o método da “Análise do Discurso”, conforme descrito por Orlandi, Guimarães e Tarallo (1999, p. 15) “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Logo, um discurso seria o ato comunicacional de um indivíduo, localizado no tempo e no espaço e, portanto, precedido de contexto e memória. Como prática de linguagem o discurso é, paradoxalmente, um instrumento que constrói, molda e sustenta os alicerces da sociedade ao mesmo tempo em que é construído, moldado e nutrido por ela. Por essa razão, nos dizeres de Azambuja e Nogueira (2009, p. 1723):

Ao pensar o discurso como uma prática social, algo que constrói o mundo em vez de apenas refleti-lo, a análise de discurso promove o desenvolvimento de uma prática política, analisando o modo como os processos sociais participam na manutenção das estruturas de opressão.

Assim, buscamos a Análise do Discurso como método para observar e compreender quais sentidos são construídos e quais constructos reverberam no discurso jornalístico a respeito da violência de gênero, a partir dos conteúdos das reportagens analisadas.

3. Análise

Inicialmente, nos lançaremos sobre as condições de produção em sentido estrito que, conforme definido por Orlandi, Guimarães e Tarallo (1999), são o contexto imediato da enunciação.

3.1 Contexto de Produção

Como mencionado anteriormente, os textos analisados são as reportagens:

1. *60% das mulheres que sofrem violência de gênero não denunciam à polícia*, assinada pela jornalista Maria Martha Bruno e publicada em *Gênero e Número*; em 21 de novembro de 2023. (Fig. 3).

2. 60% das mulheres não denunciam violência sofrida à polícia, assinada pelo estudante de jornalismo Joseph Silva e publicada em *Folha de São Paulo*, em 22 de novembro de 2023. (Fig. 4).

Fig. 3 – Título da reportagem da GN



Fonte: GN, 2023.

Fig. 4 – Título da reportagem da FSP



Fonte: FSP, 2023.

As duas reportagens contextualizam o assunto da violência de gênero a partir dos dados disponíveis no *Mapa Nacional da Violência de Gênero*, com os resultados de pesquisa com mais de 20 mil mulheres, além de indicadores públicos de outras cinco fontes.

Ainda abordando o contexto imediato, não foi ao acaso que selecionamos as reportagens veiculadas por estas duas plataformas midiáticas. O Grupo Folha é um importante e longo conglomerado de mídia com relevante expressividade no cenário jornalístico brasileiro, sendo que a *Folha de S. Paulo* (doravante *Folha*) é hoje um dos principais veículos de notícias remanescente do apogeu da época do jornalismo impresso.

Por outro lado, *Gênero e Número* (doravante *GN*), como seu nome antecipa, é um portal de jornalismo de dados voltado especialmente para questões de gênero, mas que também aborda raça e classe, numa perspectiva transversal, sendo composto majoritariamente por

mulheres. Deste modo, ainda que através de uma pequena amostra, buscamos confrontar dois modos distintos do fazer jornalístico ao abordar um tema sensível e de alta relevância social.

3.2 Títulos

Apesar de tratarem do mesmo assunto, desde o título ambas as reportagens apresentam similaridades e também diferenças que as aproximam e as distanciam. É notável que ambos os textos buscam o impacto através do quantitativo elevado do percentual de ausência de denúncias. Porém, enquanto a redação escolhida para nomear a reportagem da *Folha* é mais simples, direta e generalista; a *GN* utiliza-se de uma construção mais elaborada, com a inclusão de uma oração subordinada adjetiva restritiva, que delimita o sujeito da sentença. (Ver Quadro 1). Essas escolhas linguísticas influenciam a construção de sentidos pelo leitor e suas percepções sobre o problema da violência de gênero.

Quadro 1 – Título das Reportagens por Veículo Midiático

Veículo	Sujeito	Verbo	Complemento
<i>Folha</i>	60% das mulheres	não denunciam	violência sofrida à polícia
<i>GN</i>	60% das mulheres que sofrem violência de gênero [oração subordinada adjetiva restritiva]	não denunciam	à polícia

Fonte: Autores, 2025.

A ausência de especificação no título da *Folha* pode ser interpretada como um reforço ao estereótipo de que as mulheres, de maneira ampla e indiferenciada, são vítimas de violência. Já a delimitação expressa no título da *GN*, ao contrário: tende a sinalizar que essa violência não é uma característica inata da condição feminina, mas sim uma consequência de estruturas sociais específicas. Embora o título da *Folha* não tenha a intenção explícita de reforçar estereótipos, a estrutura sintática escolhida pode gerar interpretações que contribuem para uma visão mais generalizada sobre as mulheres e a violência.

Há que se observar também a especificação do tipo de violência abordada. Enquanto a *Folha* adota mais uma vez um tom generalista, *GN* opta por fazer um recorte claro ao citar *violência de gênero*. A respeito da relevância do uso terminológico indicado, podemos apontar o que diz Azambuja e Nogueira (2009, p. 1722):

Faz-se necessário, portanto, estudar todas as formas de violência, estejam elas naturalizadas pela cultura ou protegidas por ideologias e/ou instituições sociais aparentemente respeitáveis, tais como a família, a escola, a empresa e o Estado. Neste sentido, utilizamos a expressão ‘violência de gênero’ em lugar de ‘violência doméstica’ ou ‘violência contra a mulher’, seguindo o entendimento dos movimentos feministas de que esta é uma questão política, uma forma de exercício de poder. A importância de utilizá-la se fundamenta no pressuposto de que a violência é, de alguma forma, influenciada por (ou influencia) relações de gênero.

Assim, mesmo que ambos os textos tratem da mesma temática, a especificidade no título por parte da *GN* sublinha as características motivadoras do problema social retratado: a violência de que se fala é decorrente da sistemática sedimentação de condutas e comportamentos que inferiorizam o indivíduo em função do gênero, estabelecendo posições de domínio e de sujeição.

3.3 Autoria e citação

Retomando a ideia já apresentada neste trabalho de que há uma demanda contemporânea dos grupos minoritários por representatividade midiática, cabe observar como essas reportagens se apresentam frente a essa questão. Do ponto de vista temático, é evidente a relevância para o público feminino que seja abordada a violência de gênero. Não estamos indicando que somente mulheres se interessam sobre o assunto, ou que necessariamente, elas seriam o público-alvo direto das reportagens. Mas sim, que a apresentação dessa pauta nos veículos de imprensa contribui para que o grande público se debruce sobre o tema. A oportunidade de tornar público indicadores sobre a violência de gênero pode suscitar diálogos, reflexões e questionamentos pelo leitor. Esse é um aspecto que pode ser observado tanto em *Folha* quanto em *GN*.

Porém, pautar os assuntos não é a única expectativa do público feminino. Há uma demanda para a equitativa participação de mulheres em todas as esferas de influência, especialmente em posições de poder e tomada de decisão. Devido ao escopo deste trabalho, não analisaremos a composição da equipe de reportagem dos veículos de imprensa, nem a proporção de homens e mulheres em cargos de liderança, por exemplo. Mas acreditamos que cabem breves considerações a respeito da autoria das reportagens discutidas aqui.

A reportagem da *Folha* opta por autoria masculina, enquanto o mesmo não ocorre em *GN*. Por mais que a amostra analisada (apenas uma reportagem de cada veículo de imprensa) seja pequena, é relevante observar a medida da *Folha* em não escolher uma mulher para escrever sobre a relação de gênero e violência.

Na maioria dos casos, o homem é o algoz na violência de gênero que está, como já dito, intimamente ligada à construção sociocultural de inferioridade do feminino. Ocupando a posição de poder, é mais difícil que um homem relate de forma sensível às vítimas o tema. Contudo, na hierarquia das posições culturais de gênero (que, na sociedade brasileira, se imbricam com as sexualidades), os homens que não performam masculinidade a maneira dominante, os homens trans, os homens afeminados, as pessoas não binárias ou de gênero fluido infelizmente também são vítimas potenciais da violência de gênero.

Não temos informações a respeito da identidade de gênero ou da orientação sexual do autor da reportagem, nem informações a respeito de suas experiências com questões de violência de gênero; apenas o texto escrito para nele identificar o discurso. Dito isso, observamos que o repórter da *Folha* opta por ouvir e citar três personagens femininas relevantes para a elaboração do *Mapa Nacional da Violência Contra a Mulher*, a plataforma que subsidia os dados estatísticos apresentados na matéria. Assim, a ausência de autoria feminina seria “compensada” pela voz das entrevistadas. Ouvir a perspectiva feminina é sem dúvida um fator relevante mas, nesse contexto, também deixa entrever o controle sobre essas vozes na medida em que o repórter é quem escolhe qual fala será publicada e qual ficará de fora da matéria.

Na reportagem da *GN* observamos uma problemática de outra natureza. A autoria é feminina e portanto a voz da mulher está presente e sem amarras: a autora detém a palavra e pode escolher o que dizer e como dizer, como usar sua própria voz. A questão ali é que o texto apresenta uma única citação e que a fonte “ouvida” seja a mesma pessoa que assina a reportagem. Vale destacar que Maria Martha Bruno é a repórter que redigiu a matéria, mas também é coordenadora das pesquisas da *GN* utilizadas para elaboração do *Mapa* e, como tal, é a fonte citada.

Nesta situação, a autocitação pode ser lida como uma tentativa da autora enfatizar seu próprio olhar crítico e reforçar seu posicionamento. Diferente de reportagens tradicionais, em que muitas vezes o repórter evita manifestações explícitas de opinião, buscando manter objetividade e neutralidade, a presença da autocitação reforça o caráter interpretativo e analítico do texto, indicando um posicionamento ativo e demarcado. A proximidade com a temática discutida, implicitamente ausente no texto da *Folha*, aqui é evidenciada pelo mecanismo da autocitação.

No entanto, se não há diálogo com outras vozes, o texto pode parecer muito subjetivo e menos legitimado devido à falta de diversidade de perspectivas. Visto que a única voz presente

é a da própria autora, para um efeito de enfraquecimento argumentativo, já que não há contraponto ou confirmação externa que amplie sua credibilidade. Assim, a autocitação pode também ser interpretada tanto como uma estratégia discursiva de fortalecimento de posicionamento, quanto como um elemento que limita a construção de autoridade pela ausência de múltiplas vozes.

3.4 Conteúdo

Finalmente, em relação ao conteúdo das matérias jornalísticas analisadas: embora cabível, neste trabalho não refletiremos a respeito de aspectos visuais e/ou multimodais, como a presença de imagens, ilustrações, infográficos, *hiperlinks*, diagramação, tipografia e outros. observamos novamente diferenças significativas. Portanto, esta pesquisa trabalha apenas o viés da linguagem verbal.

A leitura dos textos nos mostra novamente semelhanças e diferenças significativas. Como já vimos, desde o título, se nota que a reportagem publicada pela *Folha* adota um tom mais direto e objetivo. Esse uso da linguagem também pode ser observado na matéria da *GN*. A diferença entre ambos se encontra no direcionamento, no enfoque. Enquanto a *Folha* apresenta vários dados estatísticos do *Mapa* e enfatiza as informações que estão nele disponíveis; já a *GN*, por sua vez, ressalta a relevância da plataforma e da disponibilização dos dados, voltando-se para seu possível uso no embasamento de formulação de políticas públicas de combate à violência de gênero.

Outro ponto relevante que gostaríamos de retomar é a escolha de palavras para nomear o problema da violência em discussão. No decorrer de ambos os textos, algumas expressões são usadas e tratadas como sinônimas. Na reportagem da *Folha* aparecem “violência praticada por homens”, “violência doméstica e familiar”, “violência contra a mulher”; já a *GN* adota majoritariamente “violência doméstica e familiar”. Neste aspecto, a escolha vocabular de *GN* é mais limitada, não atingindo a variedade dos agentes e dos espaços em que a violência de gênero pode ocorrer.

Contudo, é preciso pontuar que, embora a maior gama de expressões usadas pela *Folha* dimensione a abrangência espacial em que se dá a violência de gênero, essas escolhas vocabulares também sinalizam uma percepção de mundo a partir da binariedade em que a violência é praticada por homens contra as mulheres, sendo também limitada a medida que ignora a diversidade de gêneros.

4. Considerações Finais

A partir do cotejo dos textos analisados, pode-se observar que a reportagem da *GN* adota um tom mais analítico e ativista, construindo um discurso que enfatiza a urgência da transparência nos dados sobre violência de gênero. Além disso, o texto busca engajamento social, estimulando políticas públicas e trazendo uma abordagem mais crítica sobre a subnotificação dos casos. Desse modo, conseguimos entrever que o objetivo é gerar impacto social, incentivando maior transparência dos dados e elaboração de políticas públicas, o que sugere mudanças estruturais e implica em ações governamentais.

A reportagem da *Folha de S. Paulo*, por outro lado, tem um tom mais informativo, focado na apresentação dos dados de pesquisa do *Mapa Nacional da Violência de Gênero* de forma objetiva, sem necessariamente reforçar um discurso de empoderamento ou ação direta. Seu objetivo primordial é informar o público sobre os dados da pesquisa, visto que em diversos trechos apresenta estatísticas e depoimentos sem aprofundamento crítico. No entanto, ambos os textos contribuem de maneira relevante, ainda que de formas distintas, para a conscientização do problema.

Referências

AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C. Potencialidades investigativas para a violência de gênero: utilização da análise do discurso. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14, 5, p. 1721-1730, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5ggVrPSMyVrBD8CQgnXxKWt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jun. 2025.

BRUNO, M. M. 60% das mulheres que sofrem violência de gênero não denunciam à polícia. **Gênero e Número**, 21 de nov. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mapa-nacional-violencia-de-genero/> Acesso em: 2 jun. 2025.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SILVA, J. 60% das mulheres não denunciam violência sofrida à polícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/11/60-das-mulheres-nao-denunciam-violencia-sofrida-a-policia.shtml> Acesso em: 2 jun. 2025.